

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
FACULDADE DE LETRAS E ZOOTECNIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

JAQUELINE PAGLIARINI

ESCOLARIZAÇÃO DE DEFICIENTES MENTAIS

**Pontes e Lacerda - MT
Dezembro 2013**

JAQUELINE PAGLIARINI

ESCOLARIZAÇÃO DE DEFICIENTES MENTAIS

Trabalho Monográfico apresentado ao Departamento de Letras – Campus Universitário de Pontes e Lacerda – UNEMAT, sob orientação do prof.(Selma Albuquerque Cavalcanti Kirsch.), como requisito parcial para avaliação na disciplina de TCC.

**Pontes e Lacerda - MT
Dezembro\2013**

Pertencer é mais do que romper as barreiras dos rótulos e dos estigmas produzidos na representação e no imaginário social; pertencer é mais do que ter contemplados direitos à cidadania no âmbito jurídico - formal. Pertencer é, pois estar engajado, qual sujeito ativo da história; é exercer a condição de ator sem ser alvo da visão dualista que atribui à “diferença” a condição de anjo ou de demônio para garantir à média condição de normais. Pertencer é estar no palco sem ser herói ou vilão...
(PAULO RICARDO ROSS, 1999 idem CARVALHO, 2010).

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por ter me proporcionado mais essa conquista, e principalmente me dado sabedoria e discernimento para vencer todas as dificuldades ao longo da graduação.

Aos meus pais Luciano e Leonilda que contribuíram principalmente na formação do meu caráter enquanto ser humano, e que nunca desistiram de acreditar na minha vitória mesmo diante dos fracassos, sempre me apoiando e incentivando a lutar pelos meus objetivos.

Aos meus irmãos Daniel e Guerino Rafael que sempre me incentivaram a seguir os estudos e não desanimar diante das dificuldades, que no final tudo daria certo.

A minha querida nona Tereza Volpato Pagliarini (*in memoriam*) a quem dedico esse trabalho com muito carinho, por ter sido um exemplo de vida e de dignidade para mim, seus ensinamentos foram fundamentais para a minha vida.

A minha tia Iraci Pagliarini por ter dado apoio a minha família ajudando nos cuidados com a minha nona ao longo de sua enfermidade.

Ao meu namorado Alessandro que sempre se mostrou compreensivo, amoroso e paciente, diante da minha falta de tolerância, durante a elaboração desse trabalho.

Agradeço as escolas que abriram espaço para que fossem realizadas as entrevistas e as professoras que contribuíram com o minha pesquisa.

A minha orientadora professora Selma Kirsch por ter dedicado sua atenção, compreensão e disposição para a realização deste trabalho, agradeço por ter me motivado a continuar no momento em que pensei em desistir.

As professoras Manuela Arruda e Tereza de Pazos que aceitaram compor a banca examinadora, e contribuíram assim para que esse trabalho acontecesse.

Aos meus colegas de turma, que dividiram comigo os momentos de alegrias e tristezas durante o período em que estivemos na universidade sentirei saudades.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me deu sabedoria e principalmente coragem para enfrentar as dificuldades ao longo do curso, aos meus familiares e amigos que sempre me apoiaram durante o período de graduação, agradeço a todos pela compreensão, paciência e incentivo, porque nos momentos em que pensei em desistir sempre encontrei pessoas que me motivaram a continuar.

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar breve introdução a respeito da inclusão de pessoas com insuficiência mental processo que ao longo dos alunos deixou de ser objeto de estudo exclusivo da medicina e passou a ser também um campo de estudos pedagógico e científicos. Além do contexto histórico da deficiência mental tratamos também neste trabalho sobre o processo de inclusão do deficiente intelectual na família na escola e na sociedade. Queremos com este trabalho verificar através de entrevistas com os professores das escolas de nosso município Pontes e Lacerda, como tem se dado o processo de ensino e aprendizagem de crianças com esse déficit nas escolas regulares, e se os educadores se encontram preparados para atender essas crianças.

Palavras chaves: deficiência mental, família, escola regular, inclusão.

SUMÁRIO

Introdução	08
I. Apontamentos históricos sobre o sujeito com deficiência mental	09
II. A relação da família com a criança com deficiência mental	18
III. I. Escolarização do deficiente mental	22
III. II. Análise das entrevistas	28
IV. Considerações finais	38
VI. Bibliografia	40
VII. Anexos	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma breve e sucinta abordagem sobre a escolarização de pessoas com deficiência mental, tema que vem ganhando destaque, nas ultimas décadas, já que as escolas e os seus professores tem se deparado com a questão da inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aula da rede regular de ensino.

No entanto percebemos que esta proposta vem se inserindo como um fator de desafio aos educadores que reclamam a falta de capacitação para trabalhar com alunos considerados “diferentes” dos “normais”.

Esta problemática é o que motivou esta pesquisa sobre a inclusão da criança deficiência mental; observar como tem se dado a inserção destas no processo de ensino aprendizagem principalmente em nosso município Pontes e Lacerda. Pretende - se através deste trabalho analisar se os educadores e as escolas estão devidamente preparados para trabalhar com alunos com deficiência mental.

A pesquisa está dividida em três capítulos, o primeiro capítulo refere - se a uma breve e sucinta abordagem histórica sobre o sujeito com deficiência mental. No segundo abordamos sobre a relação da criança com deficiência mental e sua família mais especificamente sua afinidade com a mãe.

No ultimo capítulo faremos uma reflexão sobre a escolarização do deficiente mental a partir dos teóricos aqui elencados e das pesquisas realizadas nas escolas estaduais e municipais do município de Pontes e Lacerda. As escolas foram denominadas como escola **A**, **B** e **C**.

I - APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O SUJEITO COM DEFICIÊNCIA MENTAL.

Este capítulo faz uma breve introdução sobre a história da deficiência mental, e como esta, ao longo do tempo deixou de ser objeto de estudos exclusivo da medicina e, passou então a ser objeto de estudo também pedagógico e científico. Processo este que possibilitou mudanças significativas principalmente no que se diz respeito à inclusão social dos portadores desse déficit.

A deficiência mental ainda é vista pela sociedade de maneira pejorativa, uma vez que é marcada pela rejeição e pelo preconceito e provoca questionamentos nas pessoas em relação a sua existência, esse processo ocorre com mais ou menos intensidade de acordo com cada geração, comunidade, cultura ou religião.

Verificamos através dos teóricos BAPTISTA (2006), COLL (2007), ARANHA (2001) e JANNUZZI (2006), que a deficiência mental já era um déficit conhecido no passado e que suas noções eram basicamente relacionadas ao misticismo e ocultismo, pois não havia preocupação por parte da sociedade quanto ao oferecimento de atendimento a essas pessoas consideradas anormais ou até malditas. No renascimento eram tratadas ou como marginais ou puras, por isso permaneciam isolados do mundo.

Pesquisas nos mostram que os estudos sobre as deficiências tiveram início a partir do século XVI com o intuito de classificar os indivíduos que apresentavam um desvio do padrão de normalidade determinado para a época. No entanto apenas no século XIX os pedagogos passam a se interessar pelo estudo da deficiência mental e a acreditar na possibilidade de educar estes indivíduos considerados deficientes.

Na idade média as pessoas viam os deficientes como seres desumanos indignos de pertencer à sociedade, eram tidos em muitos casos até mesmo pela própria família como um estorvo.

Nesse sentido SILVA e DESSEN (2001) advertem que:

[...] Ao mesmo tempo em que imperava esse ideal cristão, os deficientes eram considerados como produtos da união entre a mulher e o demônio o que justificava a queima de ambas a mãe e a criança. Além dessa prática utilizavam também outras mais “amenas”

como punições e torturas, de diversos tipos. (SILVA e DESSEN, 2001, pp.133-142).

Diante disso, podemos perceber que desde a idade média a sociedade, já demonstrava preconceito e rejeição diante de uma pessoa com deficiência, os deficientes além de serem consideradas pessoas demoníacas, ainda eram castigados com torturas como se fossem culpados por apresentarem deficiência.

Constatamos ainda a partir de FIERRO ibidem COLL, (2007) que os estudos da debilidade foram campo exclusivo da medicina por aproximadamente um século e meio. E, que somente a partir do final do século XVIII passaram a ser objeto de estudos médicos, pedagógicos e científicos, havendo então ao longo de muitas pesquisas mudanças significativas no que diz respeito ao seu conceito, análise e atenção básica.

ARANHA (2001) em seu artigo ressalta que a deficiência mental no século XVIII continuava sendo hereditária e incurável, e assim a maioria das pessoas com deficiência mental eram relegadas a hospícios, albergues, asilos ou cadeias locais”. (ARANHA, 2001, pp. 160 – 173).

Tendo como base os estudos realizados pela psicologia percebemos que antes da aceitação do processo de escolarização dos deficientes mentais os alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem eram vistos como “preguiçosos”, “zonzos” eram rotulados pela escola como maus alunos. Essas crianças eram consideradas também seres causadores da desordem social, por isso eram educados em regime fechado, e tratados com muita disciplina já que os educadores acreditavam que sendo punidos pelos seus atos seus comportamentos se tornariam melhores.

De acordo com SANTIAGO, (2005), no âmbito da educação, a debilidade adquire, de forma definitiva, a qualificação de mental. Assim adjetivada, essa noção - “debilidade mental” - impõe - se rapidamente, como uma forma de diagnóstico do aluno que apresenta distúrbios de aprendizagem e vai não somente designar o que é da esfera específica do mental, mas também, em ultima instância, apontar os entraves no desempenho escolar do aluno.

Assim segundo SANTIAGO, (2005), deve - se assinalar que, no final do século XIX, as leis de obrigação escolar - apoiadas na ideia de que a escola poderia

normalizar a natureza infantil, agitada e heteromorfa da criança - fazem aparecer uma série de casos de alunos de difícil escolarização.

Como a ineducabilidade se tornou equivalente à falta de inteligência, essas crianças passam a ser identificadas, de imediato, com o retardo mental. Para estes casos, porém, não é mais o asilo que se apresenta como opção de encaminhamento do problema e, sim, a própria instituição escolar, com suas classes de aperfeiçoamento conduzidas pelos psiquiatras e seus métodos pedagógicos especiais.

No livro “Desenvolvimento psicológico e educação” do autor CESAR COLL mais especificamente no capítulo 10, “Os alunos com deficiência mental” o autor ALFREDO FIERRO faz uma abordagem sobre a deficiência mental desde os primeiros estudos e testes elaborados por Binet para medir o grau de alienação mental dos sujeitos.

Para FIERRO, *ibidem*, COLL, (2007) dos conceitos de psicometria, os mais comuns foram os da idade mental, que mede o nível de capacidade geral e as aptidões concretas que um indivíduo pode atingir em correspondência a uma determinada idade (cronológica). Exemplo: uma idade mental de 6 (seis) anos revela que o funcionamento intelectual equivale ao da maioria das crianças de 06 (seis) anos. E, no quociente intelectual (QI), divide-se a idade mental pela idade cronológica e multiplica por (cem). Exemplo: um pré-adolescente de 12 (doze) anos com idade mental de 6 (seis) anos, apresenta um QI de 50 (cinquenta).

Para este autor o enfoque psicométrico é considerado preciso e rigoroso, pois se baseia em uma tecnologia da medida, a dos testes, porém, de pouca utilidade educacional e prática, haja vista que não proporciona indicações proveitosas acerca de como intervir, educar e reabilitar.

Desse modo não pode ser conceituado como uma prática eficaz porque não contribui com a melhoria na condição de vida e conseqüentemente, não pode aumentar as esperanças das pessoas com deficiência.

Segundo BAPTISTA (2006) a contribuição psicométrica de Alfred Binet, no início do século XX, é inegável. Sua proposta leva em conta a sintomatologia orgânica ao lado da avaliação psicológica, mais especificamente da inteligência.

Com o objetivo inicial de identificar crianças que tinham capacidades intelectuais abaixo do normal e que precisariam de educação diferenciada, é Binet quem define a inteligência em termos que permitam comparar o desenvolvimento

mental do considerado atrasado em seu nível intelectual, contribuindo assim para o diagnóstico psicológico da deficiência. Com Binet a deficiência mental deixa de ser propriedade da medicina e torna - se atribuição da psicologia.

Diante das considerações feitas por Binet citado por Fierro, percebemos que é de grande relevância o papel da psicomетria no diagnóstico da criança com deficiência mental. Já que com a descoberta desse teste foi possível identificar as crianças que apresentavam um grau a mais de debilidade e que não seriam capazes de frequentar uma escola comum.

Segundo JANNUZZI, (2006) estudos realizados nos mostram que os testes de inteligência foram aprovados, porém houve contestações, porque as pesquisas observaram que os mesmos não contribuíam com o aprendizado das crianças, já que não revelavam o desenvolvimento intelectual das pessoas e sim o que os deficientes recebiam da sociedade, da família e da escola.

Os estudos realizados sobre a deficiência mental chegaram à conclusão de que a deficiência não estava relacionada aos fatores sociais, tendo em vista que tanto as crianças de classes mais favorecidas quanto às menos apresentavam desenvolvimento intelectual lento, ou seja, abaixo da média das outras ditas “normais”.

Podemos observar que mesmo diante das pesquisas elaboradas ao longo das décadas de que se faz possível que o deficiente mental frequente uma escola e sendo assim adquira conhecimentos, infelizmente o preconceito ainda está explícito na sociedade, e muitas vezes parte dos próprios educadores a ideia de que o deficiente mental não deve frequentar uma escola comum.

Sobre este aspecto (LINO DE PAULA, 1945, p.5 idem BAPTISTA, 2006).
Considera que:

A deficiência mental é encarada pelo corpo social, através de uma visão qualitativa e não quantitativa, não apenas como se faltasse um coeficiente ideal de inteligência, como aos outros deficientes faltam os sentidos da visão ou da audição, ou até mesmo um membro ou impossibilidade de usá - lo, mas como se lhe faltasse à própria essência da humanidade – a racionalidade. Justificam - se, assim, a discriminação, a segregação, a exclusão do conjunto da sociedade, a legitimidade do controle exercido por um sujeito racional e à eterna recorrência à tutela e a caridade pública. (BAPTISTA, ibidem CARNEIRO, 2006, p.140).

Contudo acredita - se que o preconceito apresentado pela sociedade em relação ao deficiente mental é muito intenso tanto que a deficiência não é vista como falta de capacidade em adquirir conhecimentos, é sim como falta de humanidade, o fato das pessoas com insuficiência mental apresentar QI menos desenvolvido do que o das outras a consolida como um ser inferior e merecedor apenas de piedade e caridade por parte das outras.

A partir das ideias apresentadas acima podemos afirmar que o preconceito é fruto da sociedade do século XVI, porque naquele período as pessoas com deficiência não tinham direitos de frequentar uma escola, eram consideradas pela sociedade como marginais, malditas e até mesmo desumanas, e sendo assim eram vistas como seres que não mereciam respeito e consideração.

Os trabalhos prestados pelos deficientes eram na maioria das vezes braçais e\ou artesanais, muitos nesse período viviam em situação análoga e escrava, prestavam serviço para os senhores das classes mais favorecidas, a eles era atribuído também papéis de palhaços para diversão das pessoas da elite.

No tocante a esse ponto ARANHA (2001 apud KANNER,1964,p.5) relata que: “a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga e a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes”.

Diante das colocações aqui apresentadas pelos autores citados nessa pesquisa bibliográfica verificamos que a deficiência mental no século XVI, era vista pela sociedade como uma doença contagiosa por isso as pessoas deveriam se manter isoladas em asilos e prisões sem contato até mesmo com a própria família.

Atualmente podemos dizer que os portadores de deficiência tem conseguido certo espaço dentro da sociedade, mas ainda há muita desinformação e preconceito sobre o tema. Porque infelizmente ainda vivemos em um meio social em que ser diferente está relegado a ser inferior.

Acreditamos que o primeiro passo para que a inclusão deixe de existir apenas em leis e se torne realidade e preocupação de todos e começar pela inserção destas pessoas nas escolas comuns e na sociedade.

Podemos dizer que no século XXI os conceitos sobre o deficiente vêm sofrendo alterações, atualmente existem leis como a Lei de diretrizes e bases nacionais, e também a Declaração de Salamanca, essas leis tem como objetivo principal assegurar o direito aos cidadãos com deficiência de frequentarem escolas

regulares, desse modo são aparados e protegidos diante do preconceito e discriminação sofrido por parte das outras pessoas.

Porém o preconceito contra esse déficit não foi totalmente extinto da população, porque infelizmente ainda existem muitos seres humanos que não acreditam no potencial da pessoa com insuficiência, que eles possam ser escolarizados, trabalhar e ser útil para a nação e reconhecido como pessoas que apesar das limitações intelectuais que apresentam não devem ser considerados inferiores.

Sobre o direito conquistado pelo deficiente mental em conviver com as outras crianças CARVALHO adverte que:

É o viver com os outros que nos vai permitir dar significados e significações a tudo o que nos cerca. Para tanto, é preciso que cada qual, no seu viver com o outro, se sinta aceito e “situado”, garantindo - se a formação de autoimagem positiva, com o sentimento de pertencer e o desejo de participar, contributivamente. (CARVALHO, 2010, p24).

Dessa forma, percebemos o quanto é importante que o aluno com deficiência mental seja inserido na escola regular, pois convivendo com as outras crianças o educando conseguirá dar um sentido a sua vida e conseqüentemente às pessoas irá acreditar em seu potencial enquanto sujeito.

Mas para que o estudante seja motivado nesse processo é necessário que se sinta aceito e incluso tanto no meio social em que vive , como na escola, é que as pessoas demonstrem sobre eles imagens positivas e motivadoras em relação a sua participação e contribuição na sociedade.

Entendemos que a escola ao inserir alunos com déficit mental nas salas de aula regulares vem quebrando com os paradigmas colocados pelas pessoas de que o deficiente mental é considerado incapaz de frequentar uma escola comum, e de adquirir conhecimentos.

As instituições escolares ao incluir esses alunos, têm mostrado que apesar de suas limitações intelectuais são capazes de adquirir conhecimentos, basta que lhe seja proporcionado esse direito, e as pessoas os tratem com respeito e aceitem suas limitações.

Porém o que o aluno com déficit necessita é de uma aprendizagem específica a sua singularidade e voltada principalmente para as suas necessidades cognitivas e não só afetivas.

A criança precisa receber incentivo do educador, é de extrema importância também que esse professor tenha paciência, visto que esse aluno necessitará de maior motivação do educador para que o seu aprendizado aconteça.

Nesse período era comum também o abandono de crianças com incapacidade nas ruas, muitas crianças ao nascer com essa insuficiência eram mortas, sob o ponto de vista contemporâneo a sociedade não possuía ética e moral, tendo em vista que visavam à perfeição nos seres humanos, como se uma pessoa deficiente não tivesse o direito de sobreviver.

Nesse sentido JANNUZZI, (2006) afirma que:

“Pode - se supor que muitas dessas crianças traziam defeitos físicos ou mentais, porquanto as crônicas da época revelavam que eram abandonados em lugares assediados por bichos que muitas vezes os mutilavam ou matavam”. (JANNUZZI, 2006, p.9)

Percebemos que os seres humanos que apresentassem algum tipo de deficiência não eram respeitados pelas pessoas ditas “normais”, apenas no início do século XIX, a sociedade começa a acolher estas crianças e a acreditar que poderiam ser educadas, sendo assim são encaminhadas as irmãs de caridade para cuidar dos menores abandonados por suas famílias. (MORAES, 2000, idem, JANNUZZI, 2006, p.9) “Assim, havia possibilidade de não só serem alimentadas como também até de receberem alguma educação”.

Advertimos que nesse período século XVI ao XIX o preconceito já estava presente na coletividade, porque as pessoas que eram consideradas deficientes mentais eram tratadas não como seres humanos, mas como um animal, que não merecia respeito e consideração das outras.

Segundo JANNUZZI, (2006) eram aceitas pelas escolas, apenas as crianças normais, as que estavam dentro da expectativa escolar, no entanto, as que apresentavam alguma deficiência mesmo sem um diagnóstico médico ou psicológico eram privadas desse direito, por causa do preconceito que sofriam da sociedade que as rejeitava.

As crianças portadoras de alguma deficiência que era percebida de início se quer chegavam a frequentar uma escola regular era isento de início, e se as famílias violassem essas leis e matriculassem seus filhos as crianças seriam impedidas de frequentar a escola.

Nesse período as classes especiais eram apenas frequentadas por crianças de famílias mais favorecidas, os que eram menos favorecidos de certa forma já eram excluídos.

A família de crianças que apresentavam um grau de deficiência grave em muitos casos se quer procuravam matricular seus filhos em uma escola comum, isso acontecia na maioria das vezes porque os próprios pais temiam que seus filhos não progredissem nessa escola.

Diante das afirmações de Lourenço Filho, (1945, p.26, nota 22 idem JANNUZZI, 2006, p.107) é possível constatar que:

Os irregulares, com que a escola tem de trabalhar, ou são débeis mentais ligeiros ou instáveis, com pequenas perturbações qualitativas, de fundo quase sempre endócrino leve, ou de fundo psicogênico (complexos afetivos, especialmente de inferioridade). Mesmo que proporção seja grande, o exame mental fácil, simples, susceptível de ser realizado em breve prazo, afastará em tempo oportuno as crianças nessas condições para classes de observação e depois, para institutos especiais [idem, p.26].

Diante das leituras realizadas e dos teóricos abordados neste trabalho percebemos que as crianças que eram consideradas “anormais” desde o século XVI ao XIX, eram vistas pela coletividade como seres pobres não somente de corpo, mas também de espírito, eram considerados pessoas miseráveis, que não seriam úteis nem a família nem a pátria, porque não contribuiriam com o crescimento do país.

Sobre este aspecto JANNUZZI, (2006) afirma que:

As crianças amornais eram consideradas seres “pobres de corpo e paupérrimas de espírito... verdadeiros miseráveis, dignos de compaixão , vegetando sobre a terra” “ crianças com o cérebro totalmente vazio, sem uma ideia, sem noção de coisa alguma; impedidos de serem úteis a pátria e a família”.(JANNUZZI,2006, apud SOUZA PINTO, 1928,p.64, idem,p.42)

De acordo com o acima exposto enfim, pode se dizer que a sociedade não respeitava as pessoas deficientes mentais nesse período, os tratavam como se fossem desumanos e indignos de receber respeito das pessoas vistas pela sociedade como “normais” para o padrão social da época. O que a sociedade deixava transparecer diante dessas pessoas era apenas caridade, piedade e compaixão.

No próximo capítulo discutiremos sobre o papel da família face ao sujeito com deficiência mental, tendo em vista que a família se torna um importante aliado no processo de adaptação da criança com déficit mental, tanto na sociedade quanto na escola.

II- A RELAÇÃO DA FAMÍLIA COM A CRIANÇA DEFICIENTE MENTAL.

A família ao saber que está prestes a ter um filho faz toda uma idealização desde os primeiros meses de gestação de uma criança linda e perfeita que não apresenta problemas físicos, nem mentais.

Quando a criança nasce com deficiência em alguns casos os pais passam a observar desde os primeiros meses de vida, porém nem sempre isso acontece porque muitas podem apresentar sinais de que possuem deficiência mental apenas quando começam a frequentar uma escola.

Em muitos casos a descoberta do déficit acontece na escola quando os professores observam que a criança não consegue acompanhar os conteúdos os professores fazem uma triagem nesses alunos ou até mesmo os encaminham para um especialista que ao avaliar o educando verificará se o mesmo possui deficiência mental ou não.

Para MANONI, (1999) O diagnóstico do especialista em relação à deficiência causa um transtorno em toda a família, muitos dos pais não aceitam o laudo apresentado pelo médico, e afirmam que o filho não possui deficiência nenhuma e que seu filho não é débil mental e sendo assim se recusam ao tratamento.

A não aceitação da família em relação à deficiência do filho pode trazer dificuldades. Assim a família precisa passar por um longo e árduo processo de superação, pois os pais sofrem, sentem raiva, às vezes não aceitam o diagnóstico, e em alguns casos chegam até mesmo a rejeitar a criança deficiente.

Esses pais se desesperam por não ter conhecimento sobre a deficiência, e se sentem despreparados psicologicamente para lidar com o problema. A partir do momento que passam a aceitar a criança e a ter conhecimento sobre a deficiência e principalmente apoio de pessoas especializadas na área, os pais se sentem mais tranquilos e preparados para lidar com a debilidade da criança.

Muitas mães de crianças portadoras de deficiência mental ao saber da gravidade da doença de seu filho se sentem culpadas e não dividem seus sentimentos e sofrimentos com outras pessoas e acabam carregando essa angustia sozinhas. Por isso muitas mães de crianças com algum problema seja físico ou mental se tornam depressivas por se sentirem sobrecarregadas com os problemas do filho.

Além disso, dependendo da gravidade da deficiência a criança necessita de maiores cuidados da mãe ou do responsável para desenvolver todas as atividades como tomar banho, se alimentar, ir ao banheiro, ir para a escola.

Nos casos em que o pai se torna mais distante da criança pelo fato de permanecer mais fora de casa, quando tem que trabalhar para manter a casa, as responsabilidades em relação à criança com deficiência sempre fica para a mãe.

Verificamos que a mãe apesar de se sentir culpada em relação à deficiência apresentada pela criança se preocupa, está disposta sempre a ajudar seu filho em suas necessidades, em muitos casos a mãe de uma criança com deficiência não possui vida própria tudo que ela faz é pensando primeiramente no bem estar de seu filho. E justamente por querer proteger – lá acaba impedindo uma aproximação da criança com o pai.

MANONI, (1999) No livro **“A Criança Retardada e a Mãe”**, faz uma abordagem em relação a um pai de uma criança com deficiência mental. “[...] mas no que se refere a essa criança, sempre deixei a minha mulher agir; ela podia melhor do que eu dar - se conta do que exigia a sua doença”. (MANONI, 1999, p.33)

Para a autora a afirmação desse pai sobre a mãe saber melhor do que ele cuidar da criança com debilidade está relacionado ao fato da mãe não permitir uma interação entre o pai e a criança. A própria mãe é responsável pelo afastamento do pai já que ela não propicia a relação, pelo contrário não permite que a interação entre o pai e a criança aconteça.

Sobre este aspecto SILVA e DESSEN nos propõe que:

Quando a família, ou seja, o pai e a mãe se unem para ajudar e ambos contribuem para a reorganização da família e adaptação em relação às necessidades da criança deficiente o processo de adaptação se torna mais fácil. (SILVA e DESSEN, 2001, pp.133-142).

Desse modo vemos a necessidade de que a família contribua com o processo de aceitação e adaptação da criança em seu meio seja familiar escolar ou até mesmo social, já que a família se torna um importante aliado no processo de adaptação da criança com deficiência.

Para MANONI (1999) tanto o estudo do débil, quanto do psicótico não deve inserir apenas o sujeito, mas também a família porque o deficiente mental necessita

da colaboração da família para que ele possa se desenvolver, não adianta a criança iniciar um tratamento com um psicólogo ou psicanalista se a família não colaborar.

O primeiro passo para que haja essa interação entre a família e os psicólogos e psicanalistas é a aceitação principalmente dos pais em relação a debilidade da criança, e para a autora esse é um dos passos mais difíceis a serem conquistados, porque uma grande parcela das famílias que tem crianças com deficiência não admitem e muitas vezes não aceitam o diagnóstico apresentado pelo especialista de que seu filho é deficiente mental.

Segundo MANONI (1999) A criança com deficiência mental não possui vontades próprias ela é comandada pelos desejos da mãe, é a mãe que delimita o que o filho pode e o que ele não pode fazer. Ela não permite que a criança desenvolva suas habilidades tanto afetivas quanto cognitivas sozinhas, quando a criança começa a se desenvolver a própria mãe cria um bloqueio no filho que o faz acreditar que não é capaz.

A criança portadora da deficiência mental necessita do apoio da família para progredir como uma pessoa qualquer, ir para a escola viver em sociedade, e o que ela aprende em casa é necessário, mas não suficiente para que se torne um cidadão e possa se relacionar com as outras pessoas. Faz - se necessário também que a família insira esta criança na escola, pois somente a família não é capaz de suprir suas necessidades principalmente relacionadas ao aprendizado.

Para MANNONI, (1999, p.58) “Qualquer estudo da criança débil ficará incompleto enquanto o sentido da debilidade não for procurado primeiramente na mãe”[...]. Porque em muitos casos o filho se torna uma espécie de prisioneiro da mãe em relação a sua doença, muitas vezes a mãe em vez de ajudar no tratamento acaba atrapalhando por querer proteger a criança e colocando a como coitadinho e incapaz de fazer o que as outras crianças de sua idade fazem.

Muitas vezes o grau de deficiência da criança não impede sua capacidade para desenvolver atividades relacionadas a si mesmo como tomar banho arrumar sua cama, e até mesmo, sair de casa sozinha. E quando uma mãe não permite que seu filho desenvolva estas atividades isso limita sua possibilidade de se tornar independente.

A família é uma das fontes de motivação para a inclusão dos filhos na escola, mas às vezes isto não acontece porque os pais procuram esconder os filhos, devido à deficiência, ou até mesmo por precaução acreditando que negar aos filhos de viver

como criança normal vai ajudar nos cuidados e na sua saúde, no entanto os cuidados excessivos acabam atrapalhando a inclusão e criando novas dificuldades na aprendizagem do aluno com déficit mental.

De acordo com Ferreira:

Muitos pais se desesperam ao saber que seu filho tem algum tipo de deficiência, principalmente por não saber como agir em uma situação como essa, mas esse problema poderia ser amenizado se vivêssemos em uma sociedade mais consciente e preocupada com o próximo, pois uma das preocupações mais comuns de pais de crianças com deficiência é as discriminações e exclusões que seu filho poderá sofrer por causa da sua deficiência. (FERREIRA, Lins – SP, 2009).

Outro fator que pode auxiliar no crescimento emocional, comportamental e intelectual da família é o aconselhamento de pessoas especializadas no assunto. Os pais dos portadores de Deficiência mental precisam de informações, a respeito da natureza e expansão da excepcionalidade quanto ao grau de dificuldade para tratamento e educação dos filhos, pois assim terão mais facilidade de prepara - lós para o futuro.

Diante das considerações feitas por alguns autores sobre a importância da participação da família no processo de inclusão da criança deficiente mental tanto na sociedade como na escola, compreendemos que é fundamental a contribuição da família para que a criança com deficiência mental seja inserida na sociedade.

Porque cabe à família propiciar essa interação e se os pais não inserirem a criança na sociedade e na escola com medo do preconceito que o filho possa sofrer, este poderá se tornar dependente da família por toda a vida.

O próximo capítulo aborda sobre a escolarização de pessoas com deficiência mental na rede regular de ensino, e as leis que foram implantadas para que essas pessoas adquirissem o direito de frequentar escolas comuns, abrange também a respeito da dúvida incógnita apresentada pela sociedade e pelos educadores, em relação ao processo de ensino aprendizagem das pessoas com insuficiência mental.

III. I – A ESCOLARIZAÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL.

Neste capítulo faremos uma abordagem sobre a escolarização do deficiente mental, diante das leis que foram implantadas para que estes alunos passassem a ser incluídos nas escolas regulares, sobre o papel da família e da escola diante da inclusão.

Outro fator a ser abordado neste capítulo é sobre a dúvida em relação à aprendizagem de alunos com deficiência mental tendo em vista que uma parcela da sociedade e dos educadores não acredita que essas crianças sejam capazes de frequentar uma escola comum e adquirir conhecimentos.

As leis que determinam o direito aos deficientes de frequentarem escolas regulares foram implantadas apoiadas pelo ministério da educação.

Desse modo, as diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica afirmam que:

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades\ superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade. (Ministério da Educação, secretaria de educação especial, 2008).

Sobre educação especial CARVALHO (2010, p.18) no livro **Removendo barreiras para a aprendizagem** afirma que: “Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem”.

Diante disso podemos ressaltar que o aluno não deve ser considerado especial, e sim as metodologias que são aplicadas na escola com crianças deficientes, esses métodos de ensino devem proporcionar uma educação de qualidade para os alunos independente da debilidade que apresentam.

Consoante à autora CARVALHO (2010, p.19) (...) “por educação especial, entende – se o conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que, por características

biopsicossociais, necessitam de apoio diferenciado daqueles que estão disponíveis na vida comum da educação escolar”.

Crianças com deficiências necessitam serem instruídas metodicamente pelos pais, necessita da cooperação da escola infantil, do professor e poderá estabelecê-las por meios de procedimentos como a observação e imitação e técnicas de reforço, nesse processo as estratégias de ensino são fundamentais, pois de acordo com (ANACHE e MARTINEZ, 2007 p.43) (...) “Não há um modo homogêneo de aprender, mas sim diferentes formas de aprender.” (...).

A proposta que aponta a integração na escola para todos, propõe uma escola renovada capaz de atender à diversidade dos alunos, de assumir suas diferenças e inclusive de acolher alunos com aptidões inferiores à maioria dos colegas.

Esta integração deve ser feita principalmente na educação infantil, nas primeiras séries do ensino fundamental, uma vez que a educação inicia quando a criança nasce independentemente dos pais terem ou não consciência disso. Neste contexto, a educação especial possui um valor preventivo.

De acordo com as autoras ANACHE e MARTINEZ (2007, p.44) “Embora a educação formal seja um direito garantido oficialmente, as inquietações referentes à aprendizagem das pessoas que apresentam deficiência mental ainda permanecem”.

Verificamos que nos últimos anos, ocorreu um avanço no processo de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, na rede regular de ensino.

No entanto, segundo ANACHE e MARTINEZ (2007): A inclusão dessas pessoas requer mudanças conceituais e atitudinais, que são necessárias para reorganizar o trabalho pedagógico em todo contexto escolar para que possa favorecer de forma afetiva a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos.

Nesse sentido segundo as autoras ANACHE e MARTINEZ (2007).

Trabalhar a partir de uma representação do espaço de sala de aula como um espaço de diversidade educativa exige dos educadores e psicólogos o desenvolvimento de novos conhecimentos, novas competências e muita criatividade, porém, precisamente nesse esforço de experimentação, de fracasso e de acertos, é que a inclusão pode ser efetivamente construída. (ANACHE e MARTINEZ, 2007, p.101).

Advertimos que para que as escolas e seus educadores trabalhem com a inclusão é necessário que os mesmos estejam preparados para desenvolver novos conhecimentos, e que sejam criativos para trabalhar com os alunos deficientes desenvolvendo métodos que os motivem na busca pelo conhecimento.

Creemos que a inclusão somente irá acontecer na prática se os educadores mesmo diante de fracassos e acertos e das dificuldades que surgirem nesse processo não desistam de lutar pela inclusão dessas pessoas.

Dessa forma vemos também a necessidade do governo fazer investimentos para capacitar os profissionais da educação para atender estes alunos inserindo - os no processo de ensino aprendizagem de maneira que o aluno se sinta como um aluno “normal”, e não inferior aos outros por ter um desenvolvimento mais lento do que os outros alunos.

Sobre este aspecto FIERRO (2007) afirma:

Se os alunos com deficiência são educáveis, por que não podem ser educados em condições iguais às de seus colegas da mesma idade ou nas condições mais próximas possíveis? Compreende - se que a escola regular para todos seja um lugar inadequado para eles, quando ela é também inadequada para outros alunos. (FIERRO, *ibidem*, COLL, 2007, p.211).

Face ao exposto podemos afirmar que a escola se torna adequada para todos a partir do momento que aceita os limites e as diferenças de cada pessoa independente de ser deficiente, ou não. Visto que cabe aos membros da escola torna - lá inclusiva e adotar metodologias diferenciadas para trabalhar com os alunos com deficiência.

O que se tem constatado segundo FIERRO, *ibidem*, COLL, (2007, p. 212) é que o currículo do deficiente mental não deve ser diferente do de um aluno sem deficiência, mas que esse currículo deve sofrer adaptações de acordo com a necessidade de cada criança que adentra a essa escola.

Mas para que isso aconteça se faz necessário que o educador esteja capacitado profissionalmente e desenvolva metodologias que propiciem a aprendizagem desse aluno, e necessário também que o educador tenha interesse em trabalhar com crianças com deficiências, porque não adiante apenas aceita - ló em sala de aula movido por sentimentos de piedade, e não contribuir com o crescimento intelectual dessa criança.

Partindo do pressuposto de que as escolas devem incluir os alunos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino, as autoras ANACHE e MARTINEZ (2007) acreditam que há incertezas sobre o processo de ensino e aprendizagem destes alunos, visto que os próprios educadores muitas vezes se questionam sobre as possibilidades de aprendizado de crianças e adolescentes portadores de deficiência mental.

Nesse sentido (FIERRO, 2007, *ibidem*, COLL, p.196) afirma que: “A pessoa com deficiência tem dificuldades especiais em adquirir conhecimentos”. Isso nos permite analisar que as crianças com deficiência mental necessitam de mais dedicação e incentivo do educador e que seu aprendizado é mais lento do que das outras crianças.

Porém isso não significa que eles não têm capacidade de desenvolver as habilidades que uma criança que não possui déficit desenvolve, e sim que necessitam de um acompanhamento a mais do educador para que consigam atingir os objetivos propostos pela escola em relação ao processo de ensino aprendizagem.

É importante ressaltar que cada criança se desenvolve de um modo ninguém é igual ninguém, assim como o desenvolvimento de alunos sem deficiências não podem ser comparados, os de crianças com debilidade também não podem, a aprendizagem é singular para cada pessoa.

Diante de tais ideias FIERRO (2007) discute que:

(...) deve se insistir em que toda pessoa, mesmo aquela afetada por uma deficiência mental profunda, é capaz não apenas de aprender, mas de adquirir a educação propriamente dita. Por tanto, é necessário proporcionar às crianças com deficiência mental uma educação que contribua para incrementar seu potencial cognitivo e não apenas afetivo e o de relação social, e que com isso contribua para configurar a identidade e a maturação pessoal de acordo com as limitações de cada um. (FIERRO, *ibidem*, COLL, 2007, p.208).

Nesse sentido vemos a necessidade de que seja proporcionado ao aluno com deficiência uma educação de qualidade, e que a escola inclusiva e seus educadores estejam capacitados para desenvolver não somente o lado afetivo desse aluno, mas também o cognitivo, para que essa criança aprenda a conviver em sociedade, e adquira uma educação de qualidade.

Sobre este aspecto FIERRO, (2007) propõe que:

No contexto de uma escola renovada, capaz de atender à diversidade dos alunos, de assumir suas diferenças, coloca - se obviamente a possibilidade e a conveniência de acolher, dentro dessa diversidade, também aqueles que têm aptidões nitidamente inferiores às da maioria dos colegas. (FIERRO, ibidem, COLL, 2007, p.211).

Diante das considerações apresentadas acima percebemos a importância de que a escola seja inclusiva, que inclua a todos sem julgá - los pela sua deficiência, pois o direito a uma educação de qualidade é de todas as pessoas independente de ser deficiente ou não.

A criança com deficiência mental é capaz de aprender, porém seu desenvolvimento é mais lento do que o de uma pessoa que não possui déficit, além disso, o deficiente mental necessita de um estímulo a mais dos educadores e de suas famílias para se desenvolver.

Como podemos observar no texto, “Salas de recursos multifuncionais” da autora Denise de Oliveira Alves.

Nesse sentido Vygotsky (1989), afirma que uma criança com deficiência mental não é simplesmente menos desenvolvida que outra da sua idade, mas é uma criança que se desenvolve de outro modo. Para ele, as funções psicológicas superiores, que são características do ser humano, estão ancoradas, por outro lado, nas características biológicas da espécie humana e, por outro, são desenvolvidas ao longo de sua história social. Assim, não existe uma única forma de aprender e tampouco uma única forma de ensinar, mas o “bom aprendizado” é, para Vygotsky, aquele que envolve sempre a interação com os outros indivíduos e a interferência direta ou indireta deles, e, fundamentalmente, o respeito ao modo peculiar de cada um aprender. (VYGOTSKY, 1989, apud, MEC, 2006, P.22)

Diante do acima exposto podemos concluir que a criança com deficiência, mental não deve ser considerada menos desenvolvida do que uma que tenha a mesma idade, mas sim uma criança que se desenvolve de modo diferente e com mais dificuldades.

Assim a criança com deficiência mental, pelo fato de apresentar limitações em seu processo cognitivo, precisa de ajuda do educador ou até mesmo dos familiares para suprir suas necessidades principalmente cognitivas que exigem um esforço maior da mente.

Verificamos nesse trabalho que a deficiência mental não impossibilita que o aluno possa frequentar uma sala de aula, pois estes também são capazes de desenvolver um aprendizado de qualidade, e o que acontece é que cada criança possui um nível de aprendizagem, e algumas se desenvolvem mais lentamente outras têm mais facilidade de compreensão.

Contudo se faz Necessário que o docente seja preparado e que tenha consciência de que precisa de uma formação continuada, podendo assim incentivar as instituições acadêmicas a integrar novas disciplinas que trabalhem com a política de inclusão, deste modo podemos pensar em uma nova prática educacional que seja realmente inclusiva.

No próximo capítulo daremos sequência ao trabalho com análise das entrevistas realizadas com as professoras das salas de recursos das escolas entrevistadas.

III. II - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NAS ESCOLAS.

A pesquisa de campo foi realizada em três escolas do município de Pontes e Lacerda, sendo uma municipal e duas estaduais, a média de alunos atendidos pelas salas de recursos com deficiência intelectual é de 10 alunos, a idade destas crianças varia de 7 á 14 anos, estão cursando o ensino fundamental.

As professoras que trabalham nas salas de recursos das escolas em que foram realizadas as entrevistas possuem formação superior e também pós - graduação na área de educação inclusiva.

Ao questionarmos as professoras **A**, **B** e **C** se estes alunos possuem um diagnóstico médico chegamos à conclusão de que apenas na escola **C**, as crianças que frequentam a sala de recursos foram avaliadas pelos médicos e psicólogos, já nas escolas **A** e **B** verificamos que os alunos são avaliados pelos professores da sala de recursos, e pela própria SEDUC.

A —*“Não há encaminhamento nós professoras da sala de recursos fazemos uma triagem para saber se o aluno tem deficiência intelectual e necessita de acompanhamento especializado”.*

Já na escola estadual denominada como escola **B** a professora disse que alguns alunos possuem diagnostico outros não, alguns são encaminhados para tratamento pela própria família, outros pelos professores e alguns foram avaliados pela SEDUC.

A professora **C** disse que em muitos casos o diagnóstico médico já vem junto com a transferência, ou consta na matrícula do aluno com déficit. Mas segundo a mesma alguns alunos não possuem laudo médico porque a própria família não demonstra interesse em procurar um especialista.

Desse modo percebemos que das três escolas entrevistadas apenas na **C** os alunos possuem diagnostico, sendo assim nas outras escolas os professores podem estar rotulando seus alunos com dificuldades de aprendizagem como crianças deficientes mentais. Porque diante das entrevistas percebemos que nas escolas **A** e **B** não há uma avaliação específica feita pelo médico e sim uma triagem que é feita pelos professores da sala de recursos.

Nesse sentido CARVALHO, (2010) propõe que:

Corremos, porém, um risco a ser veementemente evitado: o de rotularmos todos os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem como deficientes e encaminha - lós para “outra” rede de atendimento educacional escolar - a educação especial. (CARVALHO, 2010, p.19)

Diante do acima exposto entendemos que é necessário que os professores tenham consciência de que para afirmar que uma criança possui deficiência mental e encaminha - lá para uma sala de recursos é necessário que a criança passe primeiramente por uma avaliação com uma equipe multidisciplinar para que seja diagnosticado o problema, caso contrário os professores correm risco de encaminhar uma criança apenas com dificuldades de aprendizagem para a sala de recursos, afirmando que possui deficiência mental.

Observou - se também na fala da professora **A** que a escola não tem disponível muitos recursos para serem trabalhados com os alunos, — “*Temos poucos materiais e os que temos veio de outra escola*”. A mesma afirmou que ao implantar a sala de recursos receberam materiais velhos, e que havia apenas dois computadores antigos e que no momento um se encontrava estragado.

Na sala de recurso dessa escola os materiais para serem trabalhados com crianças com deficiência eram totalmente precários, apreendemos que para que o aluno possa aprender e o professor ensina - ló se faz necessário que a escola disponha destes recursos específicos de acordo com o déficit da criança que esse educador atende.

Não é possível aos professores de sala de recursos desenvolverem um trabalho de qualidade voltado para o cognitivo desses alunos que possuem insuficiência se a escola não dispõe materiais pedagógicos adequados.

No entanto apesar da falta de recursos, percebemos que a professora tem muita disponibilidade para trabalhar com essas crianças, que ela se sente bem ensinando esses alunos, e que acredita na capacidade deles de aprender cada vez mais. Mas que se sente desmotivada por causa dos recursos que não são de boa qualidade. Acredita - se que com a chegada dos materiais a sala de recursos dessa escola vai se tornar mais adequada para suprir as necessidades dos alunos.

Constatamos através dessa pesquisa que nas escolas **B** e **C** as salas de recursos se encontram com grande variedade de materiais, inclusive computadores

equipados com programas para crianças com deficiência visual, a escola **B** possui até máquina de escrever em braile.

As professoras das salas de recursos tanto da escola **A, B, C** reclamaram da falta de capacitação para os professores da sala de aula. Porque segundo elas as crianças ficam a maior parte do tempo na sala de aula e quando são ofertados cursos específicos para a área de inclusão é disponibilizado apenas para os professores da sala de recursos.

Sendo assim se o professor de sala de aula quiser se capacitar profissionalmente para atender os alunos com necessidades especiais tem que fazer uma especialização em uma instituição particular. Constatamos inclusive que as professoras que trabalham na sala de recursos das três escolas fizeram especialização em instituições particulares.

Desse modo, os dados apresentados nos levam a refletir que o poder público tem feito investimentos na educação inclusiva, porém esses materiais infelizmente não tem sido repassado a todas as escolas que possuem salas de recursos, desse modo, verificamos que ainda falta muito para termos uma educação inclusiva de qualidade, e professores preparados para receber crianças com deficiência.

Pois não adianta apenas a escola ter disponível materiais diversificados e educadores da sala de recursos especializados, e necessário também que os professores da sala de aula comum estejam capacitados profissionalmente para trabalhar com essas crianças.

Percebemos que há uma grande falha das políticas públicas nesse aspecto, porque deveria capacitar todos os profissionais da educação, já, que todos os membros da escola são chamados a aderir ao processo de inclusão desses alunos.

Atualmente verifica - se que grande parte das escolas em nosso município está aderindo às leis de implantar a sala de recursos nas escolas, porém percebemos que ainda há muito a ser feito, porque das três escolas que foram realizadas as entrevistas apenas a **B, C** possuíam os materiais adequados para trabalhar de acordo com as necessidades dos alunos especiais.

Ao perguntarmos a professora **B** da escola Estadual se o governo tem fornecido suporte para que as escolas atendam as crianças com deficiência mental? A mesma responde da seguinte maneira — *“Por um lado tem, mas há necessidade de que o governo disponibilize cursos profissionalizantes para os professores não somente da sala de recursos, mas também da sala de aula comum”*.

Diante da afirmação da professora acredita - se que o governo pressa apenas pela qualificação profissional do professor da sala de recursos, porém não vê a necessidade do professor de sala de aula que recebe uma criança especial e tem que ensinar - ló como que o professor irá conseguir trabalhar com esse aluno na classe se ele não se sente preparado e capacitado para desenvolver a aprendizagem dessa criança.

Fizemos o seguinte questionamento às professoras da sala de recursos das três escolas pesquisadas. Você observa alguma atitude preconceituosa por parte dos alunos e dos professores em relação aos alunos com deficiência mental?

- A professora **A** — *“Não. Aqui na escola não existe preconceito, aqui somos todos seres humanos e respeitamos cada um independente dos seus limites”.*
- A professora **B** — *“Em relação à deficiência mental nas séries iniciais não, já os alunos do nono ano sim. Os professores sentem dificuldades em relação aos deficientes visuais e auditivos por não conseguir trabalhar de acordo com as necessidades deles que é a libras e o braille”.*
- A professora **C** — *“Não. Pelo contrario eles querem sempre ajudar”.*

Diante da pesquisa elaborada ao longo desse trabalho observamos que as escolas e os educadores que foram entrevistadas tem plena consciência da importância de incluir os alunos com deficiência mental numa escola comum. Mas infelizmente ainda existem professores que são totalmente contra a inclusão de crianças com esse déficit nas escolas regulares.

Sobre este aspecto, CARVALHO (2010) afirma que:

Nossa realidade tem se mostrado muito contraditória a esse respeito, porque, ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com deficiência em suas salas, há os que temem, outros que a toleram e muitos que a rejeitam. (CARVALHO, 2010, p.30)

Desse modo é importante ressaltar que em uma escola inclusiva podemos encontrar professores que são a favor da inclusão e também professores que são contra o processo de incluir, muitas vezes a rejeição é justamente por não acreditar que a criança deficiente seja capaz de acompanhar as outras.

Em alguns casos os professores temem receber um aluno com deficiência em sala de aula por acreditar que não está preparado, que não recebeu uma formação específica e sendo assim se sentem inseguros com receio de não conseguir desenvolver metodologias que contribuam com a aprendizagem desse aluno.

A partir da aprovação da lei de Salamanca as crianças que apresentam deficiência passaram a ter direito de estudar em escolas comuns assim como uma criança normal, e isso fez com que a sociedade, principalmente os professores aprendessem a respeitar as diferenças das pessoas deficientes, mas infelizmente ainda existe preconceito tanto de alunos como de professores que apresentam certa rejeição em relação aos alunos com deficiência.

Nesse sentido, CARVALHO (2010) ressalta que:

“Uma escola que inclua a todos, que reconheça a diversidade e não tenha preconceitos contra as diferenças, que atenda às necessidades de cada um e que promova a aprendizagem”.
(CARVALHO, 2010, p.122, op. Cit. Prefácio).

Diante do acima exposto entendemos que para a escolar ser inclusiva deve seguir alguns critérios como acolher a todos independente de apresentarem necessidades especiais seja ela física, mental, auditiva ou até mesmo visual e principalmente promover a aprendizagem dessa criança, porque não adiante apenas matricular esse aluno em uma escola comum se os membros dessa escola não contribuírem com o aprendizado desse aluno.

Ao questionarmos as professoras se os alunos recebem tratamento especializado, com psicólogo, fonoaudiólogo e neurologista constatamos que:

Professora **A** — *“Sim todos recebem tratamento especializado pela área da saúde, inclusive tem um menino que frequenta a sala de recursos que quando começou a ir à sala de recursos não falava quase nada, e após fazer tratamento com o fonoaudiólogo à linguagem desse menino melhorou bastante”.*

Professora **B** — *“Sim os alunos são encaminhados para o tratamento de acordo com a deficiência e a necessidade de cada um”.*

Professora **C** — *“Alguns recebem sim”.*

Desse modo percebemos a importância de que uma criança com deficiência intelectual receba um tratamento especializado, porque como observamos na fala da professora **A** no caso do menino que não falava que sua família inclusive acreditava que ele fosse mudo, e após ter um acompanhamento de um fonoaudiólogo à linguagem dessa criança se desenvolveu.

Perguntamos também as professoras se as famílias se fazem presentes na vida escolar desses alunos, e inclusive muitas alegaram que a maioria das famílias não participam da vida escolar de seus filhos.

Nesse sentido verificamos um fator em comum nas escolas que foram entrevistadas a falta de comprometimento da família em relação às crianças com deficiência, segundo elas o preconceito contra estes indivíduos muitas vezes parte das próprias famílias que não apoiam, não acreditam no desenvolvimento de seus filhos e sendo assim não contribuem e com o processo de inclusão, compreendemos que a falta de apoio das famílias em relação ao processo de inclusão pode estar relacionado à falta de formação dessas famílias.

Observamos diante da pesquisa que os professores da sala de aula não se encontram capacitados profissionalmente para atender esses alunos, e que falta comprometimento das famílias em relação às responsabilidades de contribuir com o desenvolvimento de seus filhos, afinal a família e a escola devem trabalhar juntas para ajudar no crescimento intelectual dos sujeitos com déficit mental. É necessário também que a família aprenda a respeitar os limites da criança.

Diante da necessidade que as famílias participem da vida escolar de seus filhos buscamos em nossa entrevista averiguar nas escolas em que foram realizadas as pesquisas as famílias são presentes, desse modo percebemos que poucas participam da vida escolar dos filhos.

- Na escola **A** — *“Sim, as mães participam vem na escola saber como o filho está se desenvolvendo”.*
- Na escola **B** — *“A maioria não”.*
- Na escola **C** — *“Apenas uma pequena parcela das famílias participam”.*

Entendemos que é de crucial importância que a família participe da vida escolar da criança que participe do projeto político pedagógico da escola, porém

diante das pesquisas realizadas percebemos que apenas na escola **A** as famílias se preocupam em saber dos professores como anda o desenvolvimento dos filhos, entendemos que a maioria das famílias não está cumprindo com o seu papel no processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência mental.

Ao questionarmos as professoras se as escolas se encontram preparadas para atender esses alunos obtivemos as seguintes respostas.

- Professora **A** — “O mental eu acredito que sim, mas o físico, o auditivo e o visual acredito que não.

- Professora **B** — *“Alguns aceitam, outros têm dificuldades, segundo a professora a inclusão destas crianças envolvem também questões familiares, questões econômicas, porque muitas vieram de famílias de classes baixas, crianças que possuem dificuldades de aprendizagem”.*

- Professora **C** — *“Nem a escola nem seus educadores se encontram devidamente preparados para atender os alunos com deficiência mental”*

De acordo com o acima exposto podemos dizer que a inclusão dessas pessoas depende de vários fatores, principalmente da vontade dos membros da escola de incluir esses alunos com insuficiência mental.

Ao perguntarmos as professoras como são realizadas as aulas para estes alunos obtive - se as seguintes respostas.

- Professora **A** — “Os recursos são jogos lúdicos, e jogos interativos”.

- Professora **B** — *“Depende de cada idade, da realidade da criança da área que ele se desenvolve mais, jogos interativos, jogos lúdicos. (usamos os materiais concretos bastante coloridos para chamar atenção deles). A professora ressaltou a importância de assessorar também o aluno em sala de aula”.*

- Professora **C** — “Trabalhamos o concreto a partir de um planejamento e claro que dentro do comprometimento intelectual de cada aluno. Atividades lógicas e de funcionalidade”.

Pode - se considerar que as professoras se preocupam com o processo de aprendizagem das crianças deficientes porque trabalham de acordo com a realidade

desses alunos e com conteúdos que estimulam o processo de aprendizado deles, porque está de acordo com sua realidade e com os seus interesses.

Ao questionarmos sobre quais as maiores dificuldades encontradas pelos alunos deficientes mentais em relação ao processo de ensino e aprendizagem obtivemos respostas bem distintas como percebemos nas afirmações abaixo:

- A professora **A** — *“Conseguir compreender o processo de leitura e escrita porque eles têm dificuldades em associar a letra com o nome”.*

- A professora **B** — *“Adequação de material em sala de aula, adequação curricular, a linguagem o professor tem que fazer o aluno compreender nem que para isso precise falar em um nível inferior de linguagem, e segundo a professora muitos não gostam de falar nesse nível se o professor não conseguir se comunicar com o aluno ele deve tentar fazer um desenho para que ele possa entender”.*

A professora **C** — *“Elencou durante a entrevista apenas — falta de comprometimento da família”.*

Perante as informações obtidas, podemos dizer que alguns educadores acreditam que as maiores dificuldades encontradas pelo deficiente mental esteja relacionada ao processo de ensino e aprendizagem.

Alguns pressupõem que maiores barreiras encontradas pelo incapacitado mentalmente seja a adequação dos materiais em sala e principalmente adequação do currículo que deveria suprir as necessidades dos alunos com deficiência e muitas vezes isso não acontece.

Outros acreditam que seja a falta de comprometimento da família em relação ao deficiente, porque em muitos casos não contribuem como os professores e com o processo de ensino aprendizagem dos seus filhos.

Em nossas observações percebemos que o processo de inclusão infelizmente ainda não tem surtido efeito para muitas pessoas e que há muito a ser feito para que a tão almejada inclusão aconteça não apenas em leis, mas na prática porque o que temos observado é que o preconceito ainda está presente em nossa sociedade de que o deficiente mental não deve receber uma educação comum assim como qualquer ser humano.

Entrevistamos também uma professora de sala de aula durante a entrevista com a professora **D**, perguntamos se em sua sala de aula tinha alunos com

deficiência mental, à professora afirmou que com laudo médico não, mas que ao trabalhar os conteúdos em uma sala de aula percebeu que um aluno não acompanhava os conteúdos, então começou a desenvolver atividades diferenciadas e a lhe dar aulas de reforços em contra turno.

Verificamos diante da entrevista com essa professora que a mesma fez uma avaliação nesse aluno, percebemos que ele não participa da sala de recursos porque para frequentar esse espaço é necessário ter um laudo de um médico especialista para avaliar se essa criança possui deficiência ou se seu problema está relacionada apenas a dificuldade no aprendizado.

Diante disso CARVALHO (2010) nos propõe que:

Reconhecer a existência de distúrbios psiconeurológicos na aprendizagem de inúmeras crianças, adolescentes ou jovens não nos autoriza a diagnosticá-los como deficientes mentais e, muito menos, encaminhá-los para a educação especial segregando-os. (CARVALHO, 2010, p. 77)

É importante enfatizarmos que o professor de sala de aula apesar de perceber que seu aluno apresenta um distúrbio na aprendizagem não deve diagnosticar esse aluno como deficiente mental, e necessário que essa criança seja encaminhada para um especialista porque somente após uma avaliação ele pode ser considerado deficiente mental.

Devemos advertir ainda que existem alguns fatores que contribuem com o desempenho escolar de uma criança com deficiência mental, podemos destacar alguns desses fatores como, por exemplo: a família, a escola e os docentes.

No entanto o que favorece o crescimento e a qualidade de vida do portador de insuficiência mental é o ambiente escolar, pois este é o caminho que todo ser humano deve percorrer indiferentemente de ser ou não especial.

A educação é a base para qualquer sociedade, como enfatiza Sérgio Haddad no **Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação**:

(...) o acesso à educação é em si base para a realização dos outros direitos. Isso quer dizer que o sujeito que passa por processos educativos, particularmente pelo sistema escolar, é normalmente um cidadão que tem melhores condições de realizar e defender os

outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política etc.). A educação é base constitutiva na formação do ser humano, bem como na defesa e composição dos outros direitos econômicos, sociais e culturais. (SERGIO Haddad, 2005).

Assim sendo pode-se dizer que é indispensável à educação, mas nem toda instituição pedagógica oferece meios eficazes e acessíveis para todos os que precisam desse espaço, por que algumas ainda não estão preparadas para receber alunos especiais, mesmo sabendo que possuem uma pedagogia inclusiva.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Após ter realizado entrevistas e várias pesquisas bibliográficas, verificamos que as professoras da sala de recursos não medem esforços para que a inclusão aconteça, porém elas sozinhas não são capazes, é necessário que os professores de sala de aula comum, a família e principalmente a sociedade faça também a sua parte, porque somente assim as escolas se tornarão realmente inclusivas.

Observamos também que há necessidade do governo investir mais na qualificação profissional dos professores porque uma das grandes dificuldades enfrentadas por eles tem sido a falta de capacitação profissional para trabalhar com as crianças com deficiência mental, e também a falta de recursos, como observamos na fala da professora **A** – *“Até então nós não tínhamos nada, agora estamos recebendo os materiais, para trabalhar melhor com nossos alunos”*.

Podemos afirmar que a inclusão não depende apenas do professor da sala de recursos o professor de sala de aula regular também tem que fazer sua parte e sendo assim buscar conhecimentos que lhe propicie trabalhar de acordo com a necessidade do aluno deficiente intelectual.

Além disso, faz necessário também que esse educador tenha interesse em ensinar o aluno com esse déficit, porque não adianta o professor se capacitar profissionalmente para receber alunos com deficiência se ele não tiver interesse em trabalhar essas crianças.

Entendemos que não é papel apenas do professor da sala de recursos contribuir com o processo de aprendizagem do aluno deficiente intelectual, mas também cabe ao professor de sala de aula, proporcionar uma educação de qualidade, para estes.

Constatamos em nossa pesquisa que é necessário que os professores estejam preparados para enfrentar os obstáculos, que surgirem não só por parte das famílias, que muitas vezes não acredita na escola e em seus educadores, mas também e pela sociedade que as vezes não aceita que o deficiente frequente uma escola normal e que seja independente.

Enfatizamos ainda a importância e o lugar que o professor ocupa enquanto mediador do conhecimento dentro do espaço escolar.

Assim é de extrema importância que o professor que atua na sala de recursos apoie o professor de sala de aula tendo como objetivo contribuir melhor com o processo de aprendizagem do aluno deficiente.

Percebemos a partir da nossa pesquisa realizada com as professoras das salas de recursos que elas estão dispostas a ajudar os professores no que for necessário, mas segundo elas muitos professores da sala de aula regular não buscam ajuda para desenvolver as atividades para os alunos deficientes intelectuais.

Enfim, pode-se dizer que um dos papéis da educação tem sido o de apontar que os interesses individuais só se podem realizar inteiramente através dos interesses sociais.

Em outras palavras a inclusão ao socializar o sujeito, mostra a este que, sozinho o ser humano não sobrevive, só é capaz de desenvolver potenciais em contato com outras pessoas, com o convívio no meio social, por isso é importante que a família insira o deficiente mental na sociedade e na escola.

Pois o contato com a escola e o meio social irá fazer dele um cidadão capaz de adquirir habilidades assim como uma pessoa que não possui deficiência e sendo assim se tornar independente na medida do possível.

VI. BIBLIOGRAFIA:

A educação como direito humano

<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/acaonajustica/educacaocomodireito.pdf>> Acesso em: 02\11\ 2013.

ALVES, Denise de Oliveira, **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado** elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial 2006 p.36.

ANACHE, Alexandra A.; MARTINEZ, Albertina M. **O sujeito com deficiência mental: processos de aprendizagem na perspectiva histórica cultural**. IN: Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/ CDV/ FACITEC, 2007.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**¹ UNESP – Marília, 2001. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/08dez08_biblioAcademico_paradigmas.pdf> Acesso em: 15\10\ 2013.

BAPTISTA, Claudio Roberto; BEYER, Hugo Otto...(et al.). **Inclusão e escolarização múltiplas perspectivas**. – Porto Alegre: mediação, 2006.192p.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva** – Porto Alegre: Mediação, 2010.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS Jesus. Os alunos com deficiência mental, In: **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad – 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 23004. 3v.

FERREIRA, Michele Marcelina, prof. BOZZO, Fátima Eliana Frigato Educação Inclusiva: **Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental**. Lins – SP 2009. Disponível em:<<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/cc31441044850.Pdf>> Acesso em: 20\08\ 2013.

Inclusão, Revista da Educação Especial Secretaria de Educação Especial\MEC.
v.4 n° 1 Janeiro\Junho 2008. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>> Acesso em:
07\11\2013.

JANNUZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente mental no Brasil** dos primórdios ao início do século XXI\ 2. Ed. – campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (coleção educação contemporânea).

MANNONI, Maud, **A criança retardada e a mãe**\ tradução Maria Raquel Gomes Duarte; revisão e texto final Monica Stahel; supervisão técnica da tradução Otávio de Souza – 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (psicologia e pedagogia).
Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **O desafio das diferenças nas escolas**. Boletim 21. MEC, SEESP, 2006.

SÉRGIO, Haddad, **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação**, 2005.
Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espacoleituras/WEBTECA/o%20direito%20a%20educacao%20no%20brasil.pdf>> Acesso em 18\11\ 2013.

Revista Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais\ secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. 96p. – (Série de Estudos. Educação a Distância, ISSN 1516- 2079 ;V.9)

SANTIAGO, Ana Lydia **A inibição intelectual na psicanálise**\ Ana Lydia Santiago. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2005 (Campo freudiano no Brasil)

SILVA, Nara Liane Pereira, DESSEN, Maria Auxiliadora. **Deficiência mental e família: Implicações para o desenvolvimento da criança**. Psicologia: Teoria e pesquisa Mai – Ago. 2001, vol.17 n.2, pp. 133 – 141 Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7873.pdf>> Acesso em: 20\10\ 2013.

_____.Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com Síndrome de Down**. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2002. Disponível

em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>>. Acesso em: 10\08\ 2013.

VAYER, Pierre; Roncin, Charles. **Integração da Criança Deficiente na Classe**. São Paulo: Manole, 1989.

ZANINI, Fernanda. **Educação Inclusiva e o papel do professor especialista**. UNESP. Baurú, 2007.

ANEXOS

ENTREVISTA COM A PROFESSORA A SALA DE RECURSOS ESCOLA MUNICIPAL.

1-Há quanto tempo esta funcionando a sala de recursos na escola?

Desde 2006 a sala de recursos está funcionando na escola.

2-A escola atende crianças portadoras de deficiência mental?

Sim, a escola atende deficiente Intelectual.

3- Estas crianças são encaminhadas para a escola com diagnóstico?

Não há encaminhamento nos professoras da sala de recursos fazemos uma triagem para saber se o aluno tem deficiência intelectual e necessita de acompanhamento especializado.

4- De onde vem o encaminhamento?

Não há encaminhamento.

5-Estas crianças recebem algum tratamento especializado, como psicólogo fonoaudiólogo, neurologista?

Sim todos eles fazem tratamento com psicólogo, e com neurologista, alguns com fonoaudiólogo também. Inclusive tem um aluno que quando começou a frequentar a sala de recursos não falava quase nada e após receber acompanhamento de um fonoaudiólogo ele desenvolveu melhor a fala.

6-Como são realizadas as aulas para estes alunos? Quais os recursos utilizados?

2 vezes por semana 6 horas semanais em contra turno. Os recursos são jogos tanto manuais como no computador trabalhamos com as atividades em forma de jogos as crianças gostam muito de fazer atividades pelo computador.

7-Você possui especialização na área de inclusão?

Sim na área de educação especial fiz especialização em psicopedagogia e pós graduação na área de educação especial.

8-Essa especialização foi publica ou particular?

Particular.

9-Há quanto tempo à criança frequenta a sala de recursos?

Há grande maioria desde quando implantamos a sala de recursos na escola.

10- Como é o processo de aprendizado deles?

Eles aprendem, porém o processo de aprendizado é mais lento.

11- Em sua opinião as escolas e os educadores estão preparados para atender esses alunos?

O mental eu acredito que sim, mas o deficiente físico, o auditivo, e o visual eu acredito que não.

12- O governo tem fornecido suporte para que as escolas atendam os portadores de deficiência mental?

Até então nós não tínhamos nada, agora estamos recebendo os materiais, para trabalhar melhor com nossos alunos.

13- Em relação aos materiais pedagógicos utilizados na sala de recursos, o governo disponibiliza estas matérias, ou vocês que confeccionam?

Temos pouco material e os que temos veio de outra escola.

14- Quais as maiores dificuldades encontradas pelos alunos deficientes mentais em relação ao processo de ensino e aprendizagem?

Conseguir compreender o processo de leitura e escrita porque eles têm dificuldades em associar a letra com o nome.

15-A família se faz presente na vida escolar da criança?

Sim, as mães participam vem na escola saber como o filho está se desenvolvendo.

16 - Você observa alguma atitude preconceituosa por parte dos alunos e dos professores em relação aos alunos com deficiência mental?

Não. Aqui na escola não existe preconceito, aqui somos todos seres humanos e respeitamos cada um independente dos seus limites.

ENTREVISTA COM A PROFESSORA B DA SALA DE RECURSOS ESCOLA ESTADUAL.

1-Há quanto tempo esta funcionando a sala de recursos na escola?

Desde 2006 a sala de recursos está funcionando na escola.

2- A escola atende crianças portadoras de deficiência mental?

Sim, a escola atende deficiente Intelectual.

3- Estas crianças são encaminhadas para a escola com diagnóstico?

Não há encaminhamento nos professoras da sala de recursos fazemos uma triagem para saber se o aluno tem deficiência mental e necessita de acompanhamento especializado.

4-De onde vem o encaminhamento?

Uma parte vem da família que levam os filhos nos especialistas. Outras a escola mesmo encaminha para um tratamento.

5-Quais as políticas públicas que atendem estas crianças?

Os psicólogos dos postos de saúde e o consórcio.

6- Estas crianças recebem algum tratamento especializado, como psicólogo fonoaudiólogo, neurologista?

Sim os alunos são encaminhados para o tratamento de acordo com a deficiência e a necessidade de cada um.

7-Como são realizadas as aulas para estes alunos? Quais os recursos utilizados?

Depende de cada idade, da realidade da criança da área que ele se desenvolve mais, jogos interativos, jogos lúdicos. (usamos os materiais concretos bastante coloridos para chamar atenção deles). A professora ressaltou a importância de assessorar também o aluno em sala de aula.

8- Qual é sua especialização?

Em psicopedagogia clinica e institucional.

9- Essa especialização foi pública ou particular?

Particular pela faculdade da Amazonas.

10-Há quanto tempo à criança frequenta a sala de recursos?

Eles são acompanhados desde a alfabetização até o nono ano.

11-Como é o processo de aprendizado deles?

Como o de uma criança qualquer, como na escola ciclada, em que o aluno passa três anos para ser alfabetizado, mas às vezes o deficiente intelectual demora um pouco mais.

12- Em sua opinião as escolas e os educadores estão preparados para atender esses alunos?

Alguns aceitam, outros tem, dificuldades, segundo a professora a inclusão destas crianças envolvem também questões familiares, questões econômicas porque muitas crianças que vieram de famílias de classe baixa, crianças que possuem dificuldades de aprendizagem.

13- O governo tem fornecido suporte para que as escolas atendam as crianças com deficiência mental?

Por um lado tem, mas há necessidade de que o governo mande cursos profissionalizantes para os professores da sala de recursos e da sala de aula comum.

14-Em relação aos materiais pedagógicos utilizados na sala de recursos, o governo disponibiliza estes matérias, ou vocês que confeccionam?

Tem alguns que vem pela Secretária de Educação, outros são confeccionados pelas professoras de acordo com a necessidade de cada aluno.

15- Quais as maiores dificuldades encontradas pelos alunos deficientes mentais em relação ao processo de ensino e aprendizagem?

Adequação de material em sala de aula, adequação curricular, a linguagem o professor tem que fazer o aluno compreender nem que para isso precise falar em um nível inferior de linguagem, e segundo a professora muitos não gostam de falar nesse nível se o professor não conseguir se comunicar com o aluno ele deve tentar fazer um desenho para que ele entenda.

12-A família se faz presente na vida escolar da criança?

A maioria não.

13 - Você observa alguma atitude preconceituosa por parte dos alunos e dos professores em relação aos alunos com deficiência mental?

Em relação à deficiência mental nas series iniciais não, já os alunos do nono ano sim. Os professores sentem dificuldades em relação aos deficientes visuais e auditivos por não conseguir trabalhar de acordo com as necessidades deles que é a libras e o braile.

ENTREVISTA COM A PROFESSORA C SALA DE RECURSOS ESCOLA ESTADUAL.

1- Há quanto tempo funciona a sala de recursos na escola?

Desde 2010.

2- A escola atende crianças com deficiência mental?

Sim.

3- Estas crianças são encaminhadas para a escola com diagnóstico?

Sim.

4- De onde vem o encaminhamento?

Dos médicos e psicólogos.

5- Estas crianças recebem algum tratamento especializado, como psicólogos fonoaudiólogos e neurologistas?

Alguns recebem sim.

6- Como são realizadas as aulas com estes alunos?

De maneira geral trabalhamos o concreto a partir de um planejamento e claro que dentro do comprometimento intelectual de cada aluno trabalhamos atividades lógicas de rotina e funcionalidade.

7- Você possui especialização na área?

Sim.

8- Essa especialização foi feita em instituição pública ou particular?

Particular

9- Por quanto tempo eles frequentam a sala de recursos?

No total de 8 horas semanais.

10- Como é o processo de aprendizado deles?

Lento.

11- Em sua opinião as escolas e os educadores estão preparados para atender estes alunos?

Não.

12- O estado tem fornecido suporte para que as escolas atendam as crianças com deficiência mental?

Não.

13- Os materiais pedagógicos utilizados na sala de recursos são disponibilizados pelo estado, ou vocês que confeccionam?

De ambas as partes. O estado manda alguns materiais e outros nos confeccionamos.

14-Quais as maiores dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência mental em relação ao processo de ensino aprendizagem?

Falta de comprometimento da família.

15-A família se faz presente na vida escola da criança?

Algumas famílias (uma pequena parcela).

16-Você observa alguma atitude preconceituosa por parte dos alunos e dos professores em relação aos alunos com deficiência mental?

Não.

ENTREVISTA COM A PROFESSORA D SALA DE AULA.

1-Em sua sala de aula tem alunos com deficiência mental?

Sim.

2- Como você trabalha com a criança? Quais conteúdos são aplicados e como você desenvolve as atividades com ele?

No caso desse aluno no inicio do ano nas aulas de reforço trabalhava com ele tentando alfabetiza – ló, na sala de aula desenvolvo atividades individualizadas, busco as mídias para ver se chama atenção dele, utilizo também jogos lúdicos.

3- Você trabalha com os mesmos conteúdos com o aluno deficiente mental em sala de aula?

Sim trabalho com os mesmos conteúdos, mas de maneira diferenciada, as atividades são desenvolvidas de acordo com a necessidade do aluno.

4-Como é o desempenho da criança em relação às atividades proposto em sala de aula? Ele consegue acompanhar com facilidade os conteúdos que são trabalhados em sala?

O aprendizado dele é muito lento, porém percebo o interesse e a vontade que ele tem de aprender.

5- Quais as dificuldades encontradas pelos professores diante da inclusão?

Falta de preparo porque o governo só oferece cursos de especialização para os professores que trabalham na sala de recursos, sendo assim não prepara o professor de sala de aula que fica a maior parte do tempo com os alunos deficientes e tem que buscar recursos para desenvolver atividades e incluir esse aluno.

5- você observa alguma atitude preconceituosa, por parte dos professores e dos alunos em relação aos deficientes mentais?

No início tinha muito preconceito, mas de uns dois anos pra cá acredito que não, porque ministrei aula em uma sala que tinha duas alunas deficientes auditivas e os outros alunos queriam aprender libras para se comunicar com elas.